

# Formação Docente e a Classe Social: Um Pequeno Ensaio

*Micael Alvino da Silva*<sup>1</sup>

**RESUMO:** A sociedade capitalista está dividida em duas classes fundamentais: burguesa e proletária. A classe proletária, que é composta pela maioria da população, não usufrui do acesso aos mesmos bens e serviços que a classe burguesa. Na sociedade capitalista, a classe burguesa é a dominante, detém os meios de produção, e influencia os diversos aspectos da vida social, econômica e política. Esta divisão social acarreta uma desigualdade de acesso a bens e serviços, e apenas superando este modelo de sociedade capitalista é dual que se tornará possível resolver o problema que se apresenta. A educação escolar pode auxiliar neste processo de mudança se os profissionais, sobretudo docentes, tiverem clareza a respeito dos problemas que originam a desigualdade social. Portanto, a escola apresenta-se como um dos espaços possíveis de luta contra o modelo de sociedade excludente vigente. Considerando que as contradições presentes na sociedade são refletidas na escola, nosso objetivo nesse ensaio é discutir alguns aspectos da formação docente para a escola pública, tendo em vista as reflexões acerca da luta de classes visando a superação do modelo de sociedade capitalista.

**PALAVRAS-CHAVE:** proletariado – burguesia – sociedade capitalista- educação.

**ÁREAS:** História

---

<sup>1</sup> Graduado e Mestre em História/UEM. Este ensaio parte de considerações levantadas na defesa de monografia como requisito para o título de especialista em Fundamentos Teóricos e Filosóficos da Educação/UNIOESTE.

## INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da humanidade, dominantes e dominados travam uma luta por interesses e objetivos que na maioria das vezes são divergentes. No atual estágio da sociedade capitalista, a burguesia é a classe dominante, e, como tal, exerce um papel de controle da classe proletária. Embora os proletários sejam a maioria das pessoas na sociedade, a luta contra a opressão se manifesta muitas vezes como reação a problemas imediatos. Isso significa que o proletariado *grosso modo* não possui uma luta com um horizonte histórico estabelecido na tentativa de tomar o poder da classe burguesa e estabelecer o controle do Estado *da e para a* classe majoritária.

Podemos considerar que o *conformismo*, ou a falta de uma luta mais agressiva do proletariado é resultado de um trabalho competente da classe dominante em se manter no poder. Este trabalho está associado a um enraizamento de idéias de aceitação ao modelo vigente no maior número de pessoas possível. Sobre este aspecto, podemos emprestar o termo *hegemonia* que “é apresentado por Gramsci em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer”. (GRUPPI: 1978, p. 3)

Deste modo, a classe dominante explora o campo ideológico para manutenção de sua hegemonia. Em contrapartida, a classe proletária deve, também, fazer alianças e trabalhar este espaço na tentativa de impor a sua hegemonia.

A educação escolar pode auxiliar em um processo de mudança da realidade social. Evidentemente, não defendemos a educação como redentora e salvadora da humanidade, mas, assim como educadores consagrados (a exemplo de Paulo Freire) defenderam a possibilidade de mudança a partir do trabalho realizado nas escolas, consideramos que se os profissionais, sobretudo docentes, tiverem clareza dos problemas que originam a

desigualdade social, será um passo significativo para ações eficazes no ambiente escolar.

Portanto, a escola apresenta-se como um dos espaços possíveis de luta contra o modelo de sociedade excludente vigente. Considerando que as contradições presentes na sociedade são refletidas na escola, nosso objetivo nesse ensaio é discutir alguns aspectos da formação docente para a escola pública, tendo em vista as reflexões acerca da luta de classes visando à superação do modelo de sociedade capitalista.

## 1. FORMAÇÃO DOCENTE E CLASSE SOCIAL

Os discursos mais humanizados, como a universalização do ensino fundamental enquanto um benefício para os filhos da classe proletária, são somados às ações do Poder Público para a educação, e são acatados pelos *estabelecimentos formadores* de modo que o docente recém-formado e os ingressantes no ensino superior o concluam com uma falta de clareza de seu posicionamento político.

Existe uma razão para o que chamamos de *falta de clareza de posicionamento* político-ideológico, que reforça a hegemonia da classe dominante. A nosso ver, a formação (social e/ou escolar) na maioria dos casos não possibilita que os proletários tenham uma postura crítica e atuante. Entendemos por formação social aquela que ocorre fora da escola, no Partido, por exemplo.

“De fato, o burguês que sai da escola sem conteúdo e pensando que sabe tudo, torna-se um perigo objetivo para a hegemonia burguesa; sua classe sabe disso e providencia escolas adequadas” (NOSELLA: 1992, p. 63). Isso também ocorre com o proletário, para o qual são criadas escolas públicas específicas, de modo que

O operário acredita sempre ser mais ignorante e mais incapaz de quanto efetivamente é; o operário tem sempre medo de expressar suas opiniões porque acredita que elas têm pouco valor uma vez que foi acostumado a pensar que sua função na vida não é produzir idéias, dar a direção, ter opiniões, mas, ao contrário, é seguir idéias dos outros, executar a direção estabelecida pelos outros e escutar de boca aberta as opiniões alheias [...]. (GRAMSCI, apud NOSELLA, 1992, p. 63)

Se o professor é formado pelo Estado, que tem uma hegemonia a disseminar, e que a impregna na formação deste profissional, sua formação no sentido de executar um trabalho visando a superação do modo de produção capitalista fica limitada.

O professor é um intelectual<sup>2</sup> que, nos moldes de formação estatal, pode tornar-se um intelectual à serviço da classe burguesa. Se isso não ocorrer, ele poderá ser um profissional orgânico à classe proletária e com a proposta de uma escola unitária de formação humanista e para o trabalho. Gramsci diferencia esses dois tipos de intelectuais, sendo ele próprio um intelectual de *novo tipo*, assim como Marx, que não está limitado unicamente ao mundo das idéias, mas é simultaneamente cientista, crítico e revolucionário.

A respeito da formação dos intelectuais na sociedade capitalista, Gramsci escreve:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe são homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. (2001, p. 15)

Sendo assim, os intelectuais orgânicos são aqueles ligados à causa do grupo social. O contrário é o intelectual tradicional, que

---

<sup>2</sup> Tomando o significado em um sentido amplo como apontava Gramsci: todo homem é um intelectual, embora nem todos atuem como intelectuais na sociedade.

está “fora do seu tempo” e pensa ou alega contribuir apenas para formação geral e erudita.

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergido na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou [...] categorias intelectuais preexistentes, as quais, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. (GRAMSCI, 2001, p. 16)

Desta forma, este intelectual engajado, que pode ser o professor da escola pública, pode ser orgânico ao projeto hegemônico da sua classe. Deve interpretar o conhecimento assim como a filosofia e a ação política, assim, tal intelectual é educador permanente. São intelectuais como estes que têm responsabilidade de uma educação ampla, uma reorganização na cultura,

Dando uma completa virada nesse modo de entender as idéias e a cultura, Gramsci investiga duas dimensões de organização da cultura. A primeira é a didática, que se refere aos métodos para organizar o pensamento, na qual se destaca o papel educativo da escola, no sentido de oferecer aos filhos das massas trabalhadoras condições para superar as enormes dificuldades em aprender a pensar. A segunda é a organizativa, em relação à qual propõe criar um “centro unitário de cultura”. Para o seu funcionamento, toma como referência a sua rica experiência editorial com revistas e jornais do partido socialista e comunista, da qual extrai importantes indicações metodológicas para a atividade educativa das massas populares. (DORE, 2006, p. 339)

Para a hegemonia desta cultura, é preciso que o profissional docente trabalhe a partir de duas linhas de ações: concepção de vida e o programa da escola, que tornam-se fundamentais.

Tem como ponto de partida [a escola unitária] as relações sociais dentro do capitalismo, já que Gramsci não fala em destruir o capitalismo primeiro e somente depois disto cuidar da educação dos trabalhadores. Ele não tem uma visão dicotômica da relação entre Estado e sociedade. A escola unitária está no horizonte de um processo de construção que, por ser dialético, é simultaneamente de destruição. (DORE, 2006, p. 340)

Com esta passagem podemos ilustrar que o trabalho do professor que visa a superação do sistema capitalista pode ser de construção de uma nova sociedade e de destruição da anterior. Trabalhar por substituir a hegemonia dominante pela hegemonia do proletariado, e da escola única e de formação humanista para o trabalho, possibilita ir corroendo o sistema educacional capitalista, de modo que em larga escala e ao longo do tempo pode representar um ponto importante na luta de classes.

Assim, segundo Gramsci, considerando o ser humano como centro das ações da sociedade,

[...] seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). (2001, p. 18)

O que podemos identificar, então, é que o professor passa por um período de formação em que as discussões sobre a luta de classes está cada vez mais ausente nos cursos superiores. Das IES públicas às privadas que oferecem cursos de licenciatura e pedagogia, tem-se diminuído cada vez mais a carga horária do curso, um significativo esvaziamento de conteúdos de formação específica e pedagógica. Nas IES privadas acrescenta-se ainda a baixa formação dos professores que lecionam nos cursos de graduação<sup>3</sup>.

Desta forma, na formação inicial docente as discussões teóricas nem sempre contemplam a proposta da superação do modelo capitalista. E isso não é nenhuma novidade, pois o Estado que defende os interesses do capital não poderia formar uma massa proletária que destituisse os donos do capital do controle do Estado.

---

<sup>3</sup> Uma pesquisa feita em 2004 nas IES privadas da região oeste do Paraná apontou para a seguinte titulação dos docentes em cursos de licenciatura: 8% doutores; 37% mestres; e 55% especialistas. Desconsiderados titulação menor do que especialista. (DEBALD, 2005, p. 5)

A sociedade capitalista está dividida em duas classes fundamentais, e esta divisão precisa ser superada se perseguirmos o objetivo de erradicar a desigualdade na distribuição de bens e serviços. O trabalho do professor pode contribuir ao atuar na escola pública com a classe dos trabalhadores. A respeito do trabalho do professor, Orso aponta que

O professor realiza um trabalho social específico, nem melhor, nem mais nobre ou superior, mas sim diferente dos demais trabalhadores; o professor não é um sacerdote. Se não fosse professor, como um trabalhador que precisa vender sua força de trabalho para poder sobreviver, possivelmente estaria realizando um outro tipo de trabalho qualquer e vendendo sua força de trabalho como padeiro, marceneiro, agricultor, confeitoiro, vendedor, pedreiro, coveiro, escriturário, motorista, etc. – estaria educando e sendo educado em outro local. Ou seja, seria membro da classe trabalhadora submetido à mesma lógica do modo de produção capitalista como os demais trabalhadores, mas exercendo uma outra função social. Muitas vezes, pelo fato de o professor trabalhar com as idéias, tem a impressão de que não é trabalhador, de que não pertence à mesma classe dos demais. Daí a importância de se reconhecer como trabalhador, como membro da mesma classe, com a “missão” de, por intermédio do trabalho que realiza, contribuir para a superação de sua própria condição social.

Enfim, o professor é um trabalhador que se especializou na arte de ensinar/aprender e, assim como os demais trabalhadores, deve realizar seu trabalho da melhor maneira possível. Para isso, não pode se dar ao luxo de fazê-lo de qualquer jeito, confiar apenas na sua experiência, nos seus anos de trabalho, na sua própria sorte. (2008, p. 61)

A reflexão do autor vem explicar a condição de classe do trabalhador professor, bem como sua especificidade. Em termos de classe social, o professor está no mesmo nível do aluno que está à sua frente na sala de aula da escola pública. O contrário somente ocorreria se o professor estivesse vendendo sua força de trabalho em uma instituição privada, e se tivesse como alunos os filhos da elite burguesa de uma determinada localidade. Ou seja, para identificar o pertencimento de classe do professor, o critério é o mesmo que para os demais trabalhadores: se possui os meios de produção, ou se possui apenas a força de trabalho.

Por ser um profissional, como qualquer outro na sociedade, em tese não lhe seria permitido trabalhar “de qualquer

jeito". Sua formação científica também é indispensável para atuar junto à futura geração. Para o professor não "trabalhar de qualquer jeito", a formação em nível superior deveria atender a uma série de requisitos vão dos conhecimentos específicos de sua área às conclusões e estudos sobre o processo de ensino-aprendizagem.

Ressaltamos que o professor não é formado apenas nos meios "formais", nas academias, nas universidades, faculdades ou institutos superiores. Como todo ser humano, suas experiências sociais também são definidoras na forma de atuação em sala de aula. A sociedade de modo geral, o partido político, o sindicato, as relações empregado-patrão, e o Estado também são formadores dos docentes.

Não sejamos, entretanto, ingênuos em acreditar que o professor possui um potencial redentor da humanidade oprimida. A educação agindo isoladamente não muda a sociedade, e, da mesma forma ocorre com o trabalho individual do professor na sala de aula. Mas, assim como a educação pode ser uma parte de processo revolucionário mais amplo, o fato de o professor compreender a realidade e optar por lutar em favor da superação do modelo capitalista, pode levá-lo desenvolver ações que não mais serão isoladas, e sim farão parte do processo revolucionário tal qual ocorre com a escola.

A compreensão da realidade para a tomada de posição do professor é fator determinante para o desenvolvimento do seu trabalho em sala de aula. Mas afinal, o que significa compreender a realidade? Partindo do princípio de que realidade é o real, o que está ocorrendo no presente, compreendê-la é sinônimo de ter conhecimento a respeito das relações de trabalho, da existência da sociedade classista e do modo de produção capitalista, cujos resultados estão ilustrados na desigualdade social de acesso a bens e serviços produzidos pelo conjunto dos homens.

Numa perspectiva de mudança social, em sala de aula



cabe ao professor, por meio do trabalho que realiza, portanto, ajudar a preparar os alunos para uma nova sociedade; a ajudar ao aluno transitar do estado de consciência alienada para a superação de seu estado de classe; servir de ponte entre a realidade atual e a que se pretende construir. (ORSO, 2008, p. 62)

Tomando de empréstimo a reflexão do autor, “ajudar a preparar os alunos para a nova sociedade” implica pensar qual formação será oferecida para os alunos da escola pública. O trabalho com os futuros trabalhadores deverá estar voltado para apenas contemplar, ou, também, para atuar nas possibilidades de mudar a realidade? Se a educação escolar e o trabalho do professor partirem unicamente das normativas do Estado burguês, sendo acríticos, a probabilidade de formar alunos para mera contemplação da realidade é grande. Entretanto, se o trabalho de ambos os agentes de um processo revolucionário mais amplo tiver em vista a mudança do modelo de sociedade, uma de suas parcelas na contribuição revolucionária será a de ter contribuído para a formação de um cidadão mais crítico e conhecedor de possibilidades de mudança.

Freitas, ao fazer um diagnóstico da sociedade capitalista, e ao refletir sobre sua experiência escolar, aponta para uma decisão importante na vida do professor que percebe a necessidade de mudança na sociedade:

Tomando ciência dessa realidade [social no capitalismo] cabe a nós, educadores da escola pública formal, uma tomada de posição. Estamos de acordo com este modelo econômico e este modelo é capaz de garantir a emancipação humana, que é, ou pelo menos deveria ser, princípio fundamental da educação para os trabalhadores? (2008, p. 100)

Se fosse possível fazer um diagnóstico da reflexão sobre a luta de classes na formação do professor, *grosso modo* poderíamos afirmar que não há interesse por parte do Estado, que, ao normatizar o funcionamento dos cursos de licenciatura, não promove formação que vise superar o modelo capitalista (o que seria contra seus princípios, portanto não faria sentido).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade capitalista é dividida em duas classes. A classe da burguesia, que detém os meios de produção, é a mesma que nas relações de trabalho explora a força de trabalho assalariada visando produzir *mais valia*. Mais que isso, seu surgimento está ligado à queda do feudalismo, e, desde então, tornou-se a classe dominante da sociedade controlando o Estado, que, em tese, representa o coletivo. Além das relações de trabalho, o fato de ser dominante e governar, lhe possibilita atuar em diversos segmentos da sociedade, de modo que a criação de leis, normas e diretrizes está voltada para manutenção do modo de produção.

A classe dos trabalhadores, o proletariado, possui apenas a força de trabalho que é vendida e explorada pela burguesia. No trabalho, ao produzirem o excedente do necessário para pagar seu salário, contribuem para que os donos dos meios de produção aumentem seus lucros e expandam seus negócios cada vez mais. Dessa forma, o trabalhador fica com uma parte do resultado do seu trabalho, enquanto a soma dos excedentes aumenta os lucros da burguesia.

Essa divisão de classes se expande para todas as relações sociais, de modo que a sociedade neste modelo dual, possui de um lado uma pequena quantidade de pessoas que por estarem providas de recursos financeiros têm acesso a diversos produtos e serviços. E de outro lado, há um grande número de trabalhadores que possui o mínimo para manter a si e a sua família, além dos desempregados que estão à margem da sociedade capitalista.

Além da relação econômica entre o quanto o assalariado trabalha, o quanto recebe e o que consegue comprar com o que recebe, a sociedade também possui relações culturais, educacionais, etc. Estudamos o caso da educação escolar, onde os conhecimentos acumulados pela humanidade, aliados às técnicas de ensinar e aprender, devem ser repassados às futuras gerações.

O Estado, a instituição que se apresenta como representante dos interesses do coletivo, é controlado pela classe dominante, portanto, com objetivos burgueses de manutenção do sistema capitalista. É este Estado que organiza o sistema educacional de um país. As normas do Estado possibilitaram a formação de dois tipos de escola, uma para os filhos da burguesia (a privada) e outra (a pública) para os filhos do proletariado. Partindo desta consideração, a educação escolar pública no Brasil está formalmente voltada para a manutenção da ordem de exploração burguesa, de modo que nela se reproduza a ideologia dominante.

A escola é, portanto, um dos espaços onde se visualizam as contradições do sistema capitalista. Em contraste com o "desenvolvimento", os filhos dos proletários, empregados ou não, chegam à escola com problemas dos mais diversos.

Superar o modelo de sociedade capitalista não é uma tarefa simples e exige explorar todos os espaços possíveis de luta. Explorar estes espaços insere a escola e o professor como sujeitos potenciais no processo revolucionário mais amplo, cujo começo e fim não está na escola ou no professor.

Sendo assim, a educação é um dos processos revolucionários que podem contribuir para superar o modo de produção capitalista por um modo de produção socialista, no qual a produção da existência do ser humano (e não a acumulação privada) é colocada em primeiro plano. Nesse processo de superação, uma escola cuja característica seja voltada para o trabalho, nos termos gramscinianos, contribui para a exploração das contradições, tendo em vista ampliar o horizonte dos conhecimentos dos proletários, bem como o potencial revolucionário que a classe trabalhadora possui.

Para isso, a figura do professor (e do coletivo destes trabalhadores) também tem seu destaque. Reconhecer a parcela de contribuição da escola no processo revolucionário de superação do capitalismo implica orientar sua prática para ações que tenham este

mesmo objetivo. Entre as demais maneiras, a formação em nível superior do professor deveria apresentar elementos para uma crítica da realidade, bem como da condição e da luta de classes imposta pelo modo de produção capitalista.

O Estado burguês foi competente o bastante para fragmentar a formação dos professores para a escola pública. O esvaziamento de conteúdos, a possibilidade de formação de professores à distância, e aqueles professores já formados em licenciaturas curtas são alguns dos exemplos desta fragmentação.

Com isso, os professores estão saindo dos cursos superiores com ausência, ou mínima discussão, a respeito da sua condição de classe, das possibilidades da superação do modelo de sociedade capitalista. Para o Estado, este tipo de formação “aligeirada” atende suas expectativas de ter nas escolas um profissional que trabalhe a serviço da reprodução da ideologia dominante. Essas iniciativas do Estado, entretanto, não são capazes de tornar invisíveis as contradições que podem ser enxergadas no ambiente escolar. Também sinalizamos que não são somente as faculdades e universidades que proporcionam a formação social do professor.

## REFERÊNCIAS

- APLLE, M. W. Mercados de quem? Saber de quem? In: \_\_\_\_\_. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003. p.41-76.
- BEISIEGEL, C. R. **Política e Educação Popular (a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil)**. São Paulo: Ática, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **A representação política**. Elementos para uma teoria do campo político. In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BIANCHETTI, R.G. O modelo neoliberal. In: \_\_\_\_\_. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996. p.70-114.
- BRZEZINSKI, I. **A formação e a carreira de profissionais da educação no LDB 9394/96: possibilidades e perplexidades**. In: BRZEZINSKI, I. **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 147-167.

**BRASIL. Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.** Brasília: O Instituto, 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>> Acesso em: 6/2/2008 14:46.

**BRASIL. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>>. Acesso em: 6/2/2008 14:48.

**BRASIL. Decreto nº 5800/2006. Dispõe sobre a Universidade Aberta do Brasil.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 6/2/2008 14:52

**BRASIL. Decreto nº 5622/05. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 6/2/2008 14:52

**BRASIL. Lei nº 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em 24 de abril de 2007.

**BRASIL. Decreto nº 3276/99. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em 24 de abril de 2007.

**BRASIL. Decreto nº 3554/2000. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em 24 de abril de 2007.

**BRASIL. Decreto nº 6755/2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 6/4/2009 15:52

**BRASIL. Lei nº 10.172/2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em 25 de abril de 2007.

**BRASIL. Parecer CNE/CP nº 9/2001. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em 24 de abril de 2007.

**BRASIL. Parecer CNE/CP nº 27/2001. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do parecer CNE/CP nº 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em 24 de abril de 2007.

**BRASIL. Parecer CNE/CP nº 28/2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP nº 21/2001, estabelecendo a duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da**

**Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em 24 de abril de 2007.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1/2002. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em 24 de abril de 2007.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2/2002. **Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível superior.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em 24 de abril de 2007.

BRASIL. Pareceres CNE/CP nº 5/2005. **Dispõe sobre as Diretrizes curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia e correspondente Resolução.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em 24 de abril de 2007.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 5/2006. **Aprecia Indicação CNE/CP nº 2/2002 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de Formação de Professores para a Educação Básica.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acesso em 24 de abril de 2007.

CANTANHÊDE, Eliane; ALENCAR, Kennedy. Prato feito: Lula quer flexibilização da CLT em 2005. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo-SP, 13 fev. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1302200409.htm>> Acesso em: 13 de abril de 2009.

DEBALD, Blasius Silvano. A formação contínua dos docentes nas IES privadas da fronteira trinacional. In: **XXIII Simpósio Nacional de História: Guerra e paz**, 2006, Londrina. Anais... Londrina: UEL-ANPUH, 2006. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/BLASIUS%20SILVANO%20DEBALD.pdf>> Acesso em: 10 de outubro de 2009.

DORE, Rosemary. Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil. **Cad. CEDES** [online]. 2006, v. 26, n. 70, pp. 329-352.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1964.

FIORAVANTE, Eduardo [et al]. **Conceito de modo de produção.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FIORAVANTE, E. **Do modo de produção asiático ao modo de produção capitalista.** In: \_\_\_\_\_. [et al]. **Conceito de modo de produção.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. P. 131-133.

FREITAS, Luiz Carlos. Reflexões sobre a luta de classes no interior da escola pública. In: ORSO, Paulino; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (orgs.). **Educação e Luta de classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HINDESS, Barry & HIRST, Paul. **Modos de produção pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. P. 16-19.

LÊNIN, V. I. **O que é o marxismo?** Porto Alegre: Ed. Movimento, 1987.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

MANACORDA, M. **O princípio educativo em Gramsci**: Artes Médicas, 1990.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACHADO, Maria Clara. Formação para 600 mil professores. **Portal do Ministério da Educação**, Brasília, 10 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 2 de fev. de 2009.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

ORSO, Paulino. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. In: ORSO, Paulino; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (orgs.). **Educação e Luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ROCHA, Rudi; URANI, André. Distribuição de Renda no Brasil: um Ensaio sobre a Desigualdade Desconhecida. In: **Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia**, 2005. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A151.pdf>>. Acesso em: 22 de mar. de 2009.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 15-18.

SHIROMA, E. et. al. Os arautos da reforma e a consolidação do consenso: anos de 1990. In: \_\_\_\_\_. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. P.53-86.

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P.. A implementação de políticas do banco mundial para a formação docente. **Cad. Pesquisa**. 2000, n. 111, pp. 172-181.

SOUZA, Silvana Aparecida. **Educação, trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa: "Amigos da Escola" e outras formas de participação**. São Paulo, 2007, 304 p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo.

SOUZA FILHO, Roberto Murilo. A flexibilização da legislação do trabalho no Brasil. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 36, maio de 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/036/36csouza.htm>>. Acesso em: 13 de abril de 2009.

TANCREDI, Letícia. Decreto regulará formação do professor. **Portal do Ministério da Educação**, Brasília, 10 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 2 de fev. de 2009.

\_\_\_\_\_. Sistema de formação não ferirá autonomia. **Portal do Ministério da Educação**, Brasília, 11 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 2 de fev. de 2009.

\_\_\_\_\_. Governo estabelece formação de professor. **Portal do Ministério da Educação**, Brasília, 21 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 2 de fev. de 2009.

THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. V. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Althusser, L. P. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CORREA, João Jorge. A política educacional brasileira e a influência dos organismos internacionais: reflexões sobre o PDE. In: II Seminário Internacional de Gestão da Educação, 2009, Rio Claro. **Anais...**Rio Claro: UNESP, 2009. ISSN: 1984-4859. [CD-ROM]

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal Editora, 2003.

JOLL, James. **As idéias de Gramsci**. São Paulo: Cultrix, 1977.

MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi. **Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. **Cad. CEDES**, Dez 2006, vol.26, no.70, p.373-391. ISSN 0101-3262.